



## ENSINO DE FILOSOFIA: IDAS E VINDAS. A QUEM INTERESSA?

### EDUCAÇÃO E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NOS PROCESSOS PEDAGÓGICOS

*Lourdes Terezinha da Silva Castro<sup>1</sup>*  
(*lourdescastro@gmail.com*)

*Jéferson Luís de Azeredo<sup>2</sup>*  
(*jeferson@unes.net*)

#### **Introdução**

A história da Filosofia na educação brasileira nos traz um panorama dos diferentes olhares sobre ela, lançado ao longo dos tempos. Olhares esses que mudaram, no percorrer histórico, de acordo com interesses diversos. Se fossemos aqui fazer uma analogia, é possível dizer que no “parque de diversões” da educação, a Filosofia tem estado constantemente na montanha “russa”, ora em posição de destaque e grande importância, ora andado em pé de igualdade com demais disciplinas ou, ainda, despenca numa súbita desvalorização.

A quem interessa as idas e vindas da Filosofia na educação? Quem são os sujeitos que participam das discussões que apontam a relevância da Filosofia na grade curricular?

A partir das problemáticas, abre-se o campo das discussões a fim de provocar reflexões que possam contribuir para um fazer filosófico realmente pedagógico.

#### **Um sobrevoo panorâmico**

Vemos, inicialmente, no Período Colonial brasileiro, que a educação desenvolvida pelos Jesuítas tinha como principal foco o ensino religioso, uma das referências: São Tomás. A Filosofia era formal e hierárquica, não abria possibilidade ao pensamento individual e criativo, sendo passível de punição todo e qualquer professor inovador e com livre pensamento, já que o objetivo era a dominação dos nativos e mais

---

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Pedagogia da Unesc.

<sup>2</sup> Professor de Filosofia da Unesc.



tarde a preparação para o trabalho e a identificação de potenciais religiosos para o desenvolvimento da vida religiosa. De acordo com Cartolano (1995, p. 20): “É neste contexto que a Filosofia toma forma na educação, destinando-se para uma pequena elite com características tradicionais e gramatigueira.”

Anos depois, com o surgimento da reforma pombalina, a educação desenvolvida pelos Jesuítas já não satisfazia os anseios do Marquês de Pombal, que expulsa as companhias jesuítas, fazendo com que a filosofia deixasse de ocupar o lugar de destaque e passasse a ter caráter introdutório. Segundo Azeredo (2010), essa reforma restringe ainda mais o acesso à educação que deixou de ser aplicada de acordo com os interesses da igreja e passa a servir aos interesses do estado, o que começou a ter um caráter mais científico.

Com a chegada da família real, a educação passa por diversas reformas, momento em que a Filosofia alcança o seu auge. Porém, com a introdução da república, o decreto de 1890 alterou o currículo escolar excluindo a Filosofia. De acordo com Azeredo (2010), a Filosofia viveu durante 35 anos (1890-1925) em um movimento de idas e vindas ao currículo, até que no governo de Getúlio Vargas, ela passa a ser disciplina obrigatória no currículo escolar. Apesar de todas as reformas, fica evidente a manutenção dos interesses da elite. Em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira delega às escolas a elaboração dos próprios currículos, o que coloca a Filosofia em caráter optativo.

A partir do golpe militar, a Filosofia é banida do currículo, pois representava uma ameaça à segurança nacional, já que seu ensino era voltado ao campo das ideias, reflexão e crítica, passando a assumir um caráter de perigosa e dispensável durante a ditadura. Somente em 1979, com a redemocratização do país, a Filosofia volta a grade curricular do ensino médio da rede pública, mas não em caráter nacional.

No entanto, em 1996, a Lei de diretrizes e Bases – LDB – assegura que a Filosofia ministrada no Ensino Médio deva garantir o preparo dos estudantes para o exercício da cidadania, contudo mantém a opção da inclusão no currículo. Somente em 2006 torna-se obrigatório a inclusão do ensino de Filosofia. Em 2017, é publicada a lei 13.415/2017, que mantém a obrigatoriedade da disciplina de Filosofia, podendo ser desenvolvidas em apenas um ou nos três anos do Ensino Médio, devendo garantir aos alunos o desenvolvimento de habilidades e competências que lhes assegure atuar em sociedade, o que contribui ativamente para o desenvolvimento individual, social, coletivo e político.



### **Retomando a Discussão**

A partir dos dados oferecidos pela OECD (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), o país “se encontra entre as últimas posições nos rankings internacionais de avaliação educacional” (BRASIL, 2018 apud NIQUITO; SACHSIDA, 2018, p. 7), o que motivou, segundo os autores Niquito e Sachsida (2018, p. 7) a identificar “os potenciais efeitos colaterais” da inclusão das disciplinas de Filosofia (e Sociologia), na formação dos alunos brasileiros sobre certas áreas do conhecimento após a implementação da lei nº 11.684, de 2 de junho de 2008, que torna obrigatório a inclusão dessas disciplinas no currículo escolar do Ensino Médio. Para essa análise, os autores coletaram os dados do ENEM, de modo a comparar dois grupos: primeiro, os controles: indivíduos potencialmente não afetados, isto é, alunos que concluíram o Ensino Médio até 2009. No segundo grupo, os tratados: indivíduos potencialmente afetados, alunos que cursaram o Ensino Médio a partir de 2012. Também foram utilizadas as notas das “áreas de conhecimento contemplados no exame: ciências da natureza, ciências humanas, linguagem e códigos, matemática e redação. Entendeu-se a partir desses instrumentos, que para efeito da lei, se fez necessário diminuir o tempo de disciplinas elementares para a inserção dos jovens no mercado de trabalho.

A obrigatoriedade da presença dessas disciplinas no currículo escolar, ao limitar o tempo destinado as disciplinas elementares, pode se referir negativamente sobre o processo de aprendizagem dos estudantes, com potenciais efeitos sobre sua capacidade de inserção no mercado de trabalho e sobre o nível de produtividade da economia no médio e longo prazo (NIQUITO; SACHSIDA, 2018, p. 07).

A partir do estudo citado, conclui-se que, na avaliação geral do país houve impacto negativo em todas as áreas do conhecimento. Na avaliação por região, apontou-se que nas regiões Norte e Nordeste houve impacto negativo nas áreas de redação e matemática. Na avaliação quanto às escolas (públicas/particulares), identificaram-se efeitos negativos nas escolas públicas em todas as regiões. “Estes foram fortemente afetados de maneira negativa pela inserção das disciplinas de filosofia no ensino médio”



(NIQUITO; SACHSIDA, 2018, p. 42). Contudo, afirmam também que a inserção de tal disciplina de maneira isolada, auxilia no poder argumentativo dos alunos.

Contrapondo a ideia de Sachsida e Waideman, a professora Priscila Aurora Landim de Castro (2018) afirma que “os dados da pesquisa foram produzidos e não falam por si só: é preciso que os resultados sejam mediados por teses explicativas que conectem as causas aos resultados do fenômeno estudado.” Segundo a professora, é preciso analisar a hipótese lançada pelos pesquisadores sobre duas perspectivas: “metodológica - o fato de isolar dois componentes curriculares fazendo frente a outro, numa perspectiva conjectual de natureza binomial, ao invés de sistêmica”, e “político-pedagógica está condicionada ao reconhecimento do que é prioritário na educação infanto-juvenil” (CASTRO, 2018). No mesmo mês da publicação do texto do Ipea, a Sociedade Brasileira de Sociologia lançou uma nota em resposta a reportagem feita pelo jornal Folha de São Paulo, intitulada *Filosofia e sociologia obrigatórias derrubam notas em matemática*, segundo a nota da SBS (2018), o título da reportagem já carrega em si uma correlação conclusiva com base nas afirmações dos pesquisadores ao invés de levantar questionamentos ou hipóteses como deveria ser para dados de larga escala. Segundo a SBS outros dados deveriam ser analisados como, condições das escolas, tempo de aula para cada disciplina antes e depois da lei, formação dos professores de matemática, política de permanência dos alunos nas escolas e outros. Sobre as afirmações da reportagem a SBS afirma:

Ressaltamos que há pesquisas sobre o ensino de sociologia que demonstram a relevância dos conhecimentos dessa ciência na formação dos estudantes e de suas contribuições para a consolidação de conceitos de outras disciplinas/componentes curriculares. Há no campo do ensino da sociologia, da filosofia e da própria matemática estudos, pesquisas e reflexões que também foram ignorados para a relação estabelecida entre desempenho em uma disciplina por influência de outras disciplinas (BODART; SILVA, 2018).

No ano de 2014, no CONEDU (Congresso Nacional de Educação) foi apresentada pesquisa desenvolvida por Dantas *et al.* (2014) realizada com alunos do Ensino Médio no município de Paulista-PB, em específico com alunos do 1º ano do Ensino Médio, da Escola Francisco de Sá Cavalcante, onde foram distribuídos questionários com 10 perguntas para 63 alunos, obtendo os seguintes resultados: apenas 8% dos pesquisados declararam não gostar do ensino de Filosofia por entenderem que



essa disciplina é a mais difícil do currículo, 24% consideram regular, 40% boa e 28% ótima, pois acreditam que a disciplina “prioriza o pensamento”. Ainda, de acordo com a pesquisa, os alunos declararam gostar das aulas de filosofia por despertar a curiosidade, o pensamento individual e a formação do cidadão crítico reflexivo.

### **Considerações Finais**

As discussões que envolvem as contribuições (ou não) da Filosofia na construção dos indivíduos estão distantes de se encerrar, porém, mais do que encontrar respostas, faz-se necessário abrir as discussões. O entendimento da relevância do ensino de Filosofia não está vinculado ao entendimento que se tem sobre Filosofia? Que tipo de trabalhador queremos fornecer para o mercado de trabalho se considerarmos como disciplinas elementares apenas as ciências exatas? A quem de fato tem interessado as idas e vindas da filosofia no currículo?

A Filosofia aparece ou desaparece dos currículos brasileiros sempre como instrumento, e nunca como um saber que se apresenta como processo de formação, em que se insere na formação integral, de forma a promover o crescimento dos envolvidos e ampliar sua visão de mundo e de si mesmo a partir das questões inerentes a essa área de conhecimento, questões basilares levantadas, discutidas e aprofundadas, com metodologias próprias e perguntas definidas.

Cabe destacar que manter ou retirar a Filosofia não deve ser uma escolha orientada pelo “uso”, que além de distorcer o saber filosófico destitui-se de possibilitar ter uma tradição de pesquisas e trabalhos filosóficos no e para o Brasil. Além disso, não possibilitar que o pensamento filosófico se desenvolva no espaço escolar diretamente vinculado à disciplina de Filosofia, é negar a competência de se instaurar um espaço minimamente crítico e argumentativo. Isso é CIDADANIA!

### **Referências**

AZEREDO, Jéferson L. Filosofia no currículo escolar brasileiro: contextos históricos. In: **I Seminário de Pesquisa da Linha Educação, Linguagem e Memória**, 2010, Criciúma. I Seminário de Pesquisa da Linha Educação, Linguagem e Memória. Criciúma: UNESC, 2010. v. 1. p. 1-19.

BODART, Cristiano; SILVA, Roniel Sampaio. **Nota da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) sobre a notícia da pesquisa que relaciona a piora do desempenho de estudantes no ENEM em matemática com a obrigatoriedade do ensino de sociologia e filosofia no Ensino Médio**. Disponível em: [https://cafecomsociologia.com/nota-da-sociedade-brasileira-de-sociologia-sbs-sobre-a-](https://cafecomsociologia.com/nota-da-sociedade-brasileira-de-sociologia-sbs-sobre-a)



noticia-da-pesquisa-que-relaciona-a-piora-do-desempenho-de-estudantes-no-enem-em-matematica-com-a-obrigatoriedade-do-ensino-de-sociologia. Acesso em: 20 out. 2018.

CASTRO, Priscila Aurora Landim de. **Será mesmo que filosofia e sociologia obrigatórias derrubam notas em matemática?** Disponível em: <http://www.justificando.com/2018/04/18/sera-mesmo-que-filosofia-e-sociologia-obrigatorias-derrubam-notas-em-matematica/>. Acesso em: 14 nov. 2018.

CARTOLANO, Maria T. P. **Filosofia no ensino de 2o Grau**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1995.

DANTAS, Andreza Magda da Silva *et al.* **A importância do ensino de filosofia no ensino médio: uma análise no município de paulista – pb**. 2014. Disponível em: [http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/Modalidade\\_1datahora\\_13\\_08\\_2014\\_20\\_11\\_18\\_idinscrito\\_32562\\_27c4c561280804c24230824a6a0c4360.pdf](http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/Modalidade_1datahora_13_08_2014_20_11_18_idinscrito_32562_27c4c561280804c24230824a6a0c4360.pdf). Acesso em: 14 nov. 2018.

NIQUITO, Thais Waideman; SACHSIDA, Adolfo (Org.). **Efeitos da inserção das disciplinas de filosofia e sociologia no ensino médio sobre o desempenho escolar**. Brasília: IPEA, 2018. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=33067&Itemid=433](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33067&Itemid=433). Acesso em: 9 maio 2018.